



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais [ST]

TRANSFORMAÇÕES DE ALGUMAS CONFIGURAÇÕES ESTRUTURANTES DA INFÂNCIA EM PORTUGAL: MAIS POBRES E COM MENOS APOIOS

DIOGO, Fernando;

Doutorado em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia do Desenvolvimento; Universidade dos Açores e CICS.NOVA.UAC e CICS.UAC; fernando.ja.diogo@uac.pt

Resumo

Esta comunicação centra-se na ideia de que a proporção de crianças (0-17 anos) entre os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) está a descer desde há alguns anos. Procura-se demonstrar que esta descida é feita em contraciclo com o aumento da pobreza infantil através da exploração dos dados estatísticos do INE, referentes à taxa de risco de pobreza infantil ao longo do tempo, e dos dados da Segurança Social, sobre o RSI.

Abstract

This paper focuses on the idea that the proportion of children (0-17 years) among the recipients of the Social Insertion Income (RSI) is decreasing for some years. It seeks to demonstrate that this descent is made in contradiction with increasing child poverty through the use of data from INE (Portuguese Statistical Bureau), referring to the risk rate of child poverty over time, and data of the Social Security on the RSI recipients.

Palavras-chave: Pobreza Infantil; Rendimento Social de Inserção, Estatísticas Oficiais

Keywords: Child Poverty; Social Insertion Income; National Statistics

[COM0046]

Esta comunicação centra-se na ideia de que a proporção de crianças (0-17 anos) entre os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) está a descer desde há alguns anos. Procura-se demonstrar que esta descida é feita em contraciclo com o aumento da pobreza infantil através da exploração dos dados estatísticos do INE, referentes à taxa de risco de pobreza infantil ao longo do tempo, e dos dados da Segurança Social, sobre o RSI.

O conceito de pobreza infantil apresenta especial complexidade no contexto das ciências sociais, dado que resulta da adição de dois outros conceitos polissémicos, o de pobreza e o de infância.

Não obstante as dificuldades conceptuais que aconselham prudência no uso do conceito de pobreza infantil (e que exploramos mais detalhadamente em Diogo, 2010 e 2016), defendemos a sua utilização porque as especificidades sociais e biológicas que fazem da infância uma idade da vida singular (vide Almeida, 2009 e Sarmiento, Fernandes e Tomás, 2007) também atuam para fazer da pobreza infantil um problema e um objeto específico (Diogo, 2010, Diogo, 2016).

As transformações da pobreza infantil em Portugal

Estando desde já alertados para as limitações da análise da pobreza infantil, em termos empíricos, o primeiro dado importante respeita à análise da evolução comparada da taxa de pobreza com a taxa de pobreza infantil em Portugal.

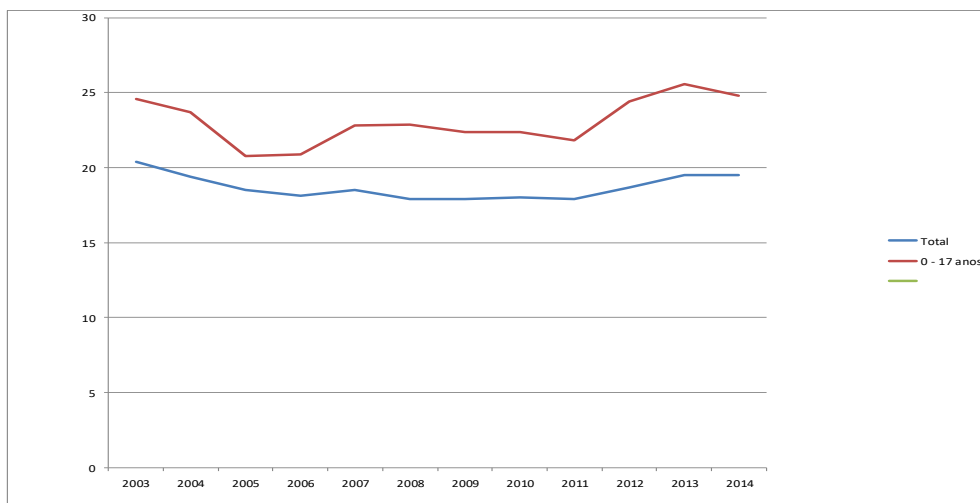


Gráfico 1 – Taxa de risco de pobreza em Portugal, total e 0-17 anos (2003-2014). Fonte: INE, ICOR - EU-SILC

A taxa de pobreza (ou taxa de risco de pobreza para o INE) encontra-se, desde 2003, no intervalo entre os 15% e os 20% da população residente, embora mais próxima do limite superior. Aliás, em 2003 chegou aos 20,4% e em anos recentes (a partir de 2010) tem vindo a aproximar-se deste valor, fixando-se em 19,5% nos anos de 2013 e 2014.

Para o último ano para o qual há dados, 2014, um em cada cinco portugueses está em situação de pobreza, algo que mostra bem a relevância do problema na sociedade portuguesa.

A taxa de pobreza infantil (0-17 anos) apresenta um valor que é sempre mais elevado do que a taxa geral, a diferença é bastante evidente nos dados, tendo-se fixado em 24,8% em 2014, um valor ligeiramente mais baixo do que o do ano anterior onde registou o máximo da década, 25,6% (para outros resultados vide Bastos, 2015 e Sarmiento, Fernandes e Trevisan, 2015).

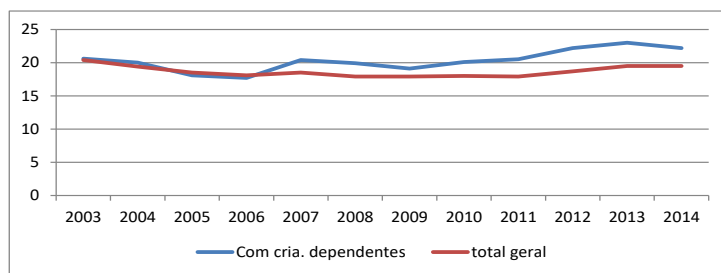


Gráfico 2 – Taxa de risco de pobreza, comparação entre agregados familiares com crianças dependentes e taxa geral (2003-2014). Fonte: INE, ICOR - EU-SILC

A comparação da taxa de pobreza das famílias com crianças dependentes com a taxa geral permite confirmar que os mais novos são mais vulneráveis à pobreza do que os cidadãos em geral, mesmo quando os dados os mostram enquadrados nos seus agregados familiares. Acresce que estas estatísticas permitem perceber uma crescente distância entre as duas taxas de pobreza, algo que vem mostrar claramente o agravamento do risco de pobreza para as crianças portuguesas (e suas famílias), mau grado uma ligeira inversão da tendência em 2014.

De seguida, apresentamos os dados referentes ao Rendimento Social de Inserção (RSI), com destaque para a mesma faixa etária, a dos indivíduos entre os 0 e os 17 anos. De notar que é a grupo de idades que a literatura (e até a política, vide, UNICEF, 2010) designam como o das crianças e da infância. Trata-se de uma definição contestável (Almeida, 2009, Diogo, 2010 e 2016) embora também tenha diversos méritos (Diogo, 2016).

As crianças no Rendimento Social de Inserção

Está, pois, estabelecida a centralidade da pobreza na sociedade portuguesa e a relevância da pobreza infantil no contexto da pobreza em Portugal. Está, também, clara qual tem sido a evolução ao longo do tempo destas duas taxas de pobreza.

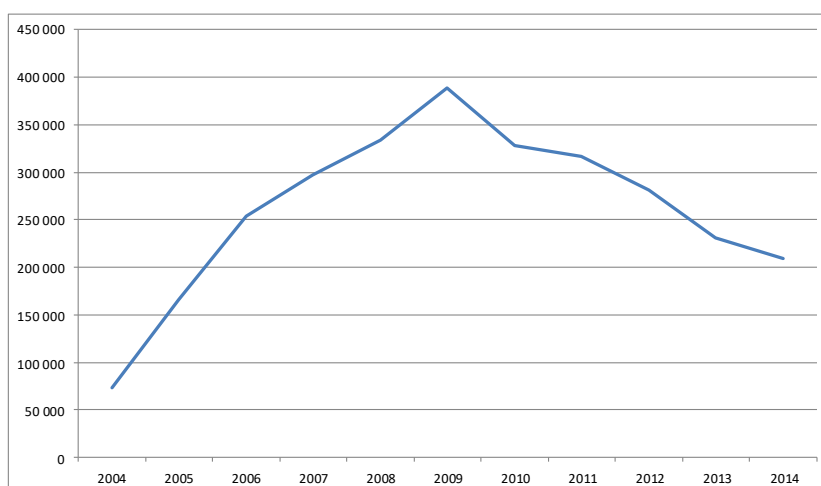


Gráfico 3 – Evolução do número de beneficiários do RSI (2004-2014), em valor absoluto. Fonte: Segurança Social

Em relação ao Rendimento Social de Inserção, um primeiro gráfico mostra-nos como é que o número de beneficiários do RSI (em valor absoluto) evoluiu ao longo dos últimos anos. Os dados evidenciam um crescimento até 2009 e, depois disso, um decréscimo acentuado, fixando-se em 2014 nos 209 768 indivíduos.

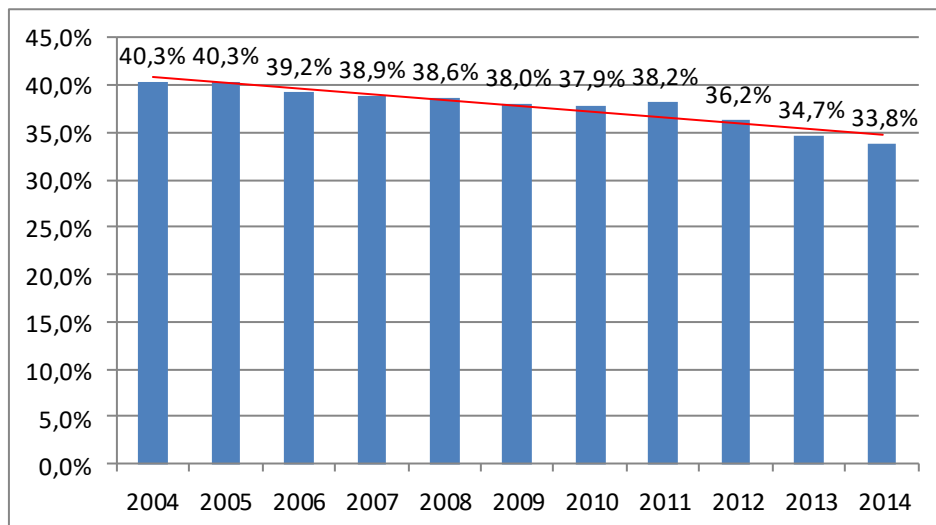


Gráfico 4 – Evolução da proporção de beneficiários, 0-17 anos no total, 2004-2014. Fonte: Segurança Social

Relativamente à proporção de beneficiários do RSI até aos 17 anos entre os beneficiários, o que os dados nos permitem perceber é que esta não tem parado de se reduzir, tendo-se fixado em um terço do total dos beneficiários em 2014.

Pode-se concluir, pois, que se se verifica uma redução no número de beneficiários esta é concomitante com a progressiva perda de importância do grupo das crianças (e jovens) no total dos beneficiários.

A questão que se coloca é: como interpretar esta flagrante contradição? De facto verifica-se a redução da proporção das crianças (0-17 anos) entre os beneficiários do RSI num contexto em que a pobreza infantil tem uma taxa mais alta que a pobreza em geral, sendo que a diferença tem vindo a acentuar-se (e a diminuição da taxa de pobreza infantil verificada no último ano ainda não pode ser interpretada como uma inversão da tendência).

Parece-nos claro que as medidas políticas adotadas para lidar com a crise têm vindo a ter um efeito de redução do número de beneficiários e nos montantes envolvidos, como parte dos cortes nas transferências sociais (Vide Rodrigues, Figueiras e Junqueiro, 2016). Wall, Almeida, Vieira e Cunha (2015: 22) consideram mesmo que: “O Rendimento Social de Inserção (RSI) é a prestação social que tem sido alvo de um maior corte financeiro na despesa pública do Estado desde 2010”. A este corte não será alheio a pública desconfiança do CDS em relação a esta medida e a tentativa de se encontrar uma alternativa ideologicamente aceitável nas cantinas sociais.

Esta explicação dá conta da redução do número total de beneficiários, mas não da diminuição da proporção das crianças entre os beneficiários. A análise desta segunda questão será alvo de um outro trabalho.

Conclusão

Se o número de crianças beneficiárias do RSI está a diminuir em geral e no total dos beneficiários, esta diminuição está a ser feita em contraciclo com a persistência e mesmo o aumento da taxa de pobreza infantil em tempos de crise. Os cortes nas prestações sociais, em particular no RSI, são claramente uma consequência das políticas de austeridade desenvolvidas nos últimos anos pelo governo português como resposta à crise

político-económica que se instalou no sul da Europa. Se estes cortes explicam a redução do número de beneficiários, a redução da proporção do número de crianças entre estes não encontrou ainda uma explicação fácil.

Acresce que o problema da pobreza infantil está claramente associado ao problema mais geral da pobreza em Portugal (Diogo, 2010 e 2016). Tendo em atenção esta associação, o combate à pobreza infantil realiza-se a partir das mesmas medidas políticas com que se combate a pobreza em Portugal. Sendo certo que as políticas sociais são centrais para minimizarem os impactos da pobreza e em particular a sua intensidade, não têm sido suficientes para a reduzir significativamente. A redução da pobreza tem como ponto central o crescimento económico, a redução das desigualdades de distribuição de rendimento e a existência de políticas gerais de redistribuição de todo o tipo de recursos de onde se destacam as políticas de emprego, educativas e de saúde.

Isto não significa que as políticas de transferências de rendimentos do estado para categorias de indivíduos em situação de maior dependência ou vulnerabilidade (como também é o caso dos pensionistas e suas pensões) não tenham impacto, a redução muito significativa da pobreza entre os mais velhos, por via do CSI e do aumento das pensões são disso exemplo (Lopes, 2015)¹, mas não é suficiente. Tanto mais que também aqui se verifica uma reversão de tendência por via dos cortes nas prestações sociais (Rodrigues, Figueiras e Junqueiro, 2016).

Não obstante, o efeito do CSI na redução da pobreza dos mais idosos é um dado que permite perceber que políticas específicas dirigidas para famílias com crianças podem ter um efeito importante na redução da taxa de pobreza infantil e da intensidade desta forma de pobreza.

Referências

Almeida, Ana Nunes de (2009). *Para uma sociologia da Infância: jogos de olhares, pistas para a investigação*, Lisboa: ICS.

Bastos, Amélia (2015). “Pobreza infantil. Diagnóstico e reflexão sobre os indicadores de aferição” In Diogo, Fernando; Castro, Alexandra e Perista, Pedro (2015), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus, pp. 101-113.

Diogo, Fernando (2010). From Child Poverty to the Profiles of Child Poverty: A Pathway to be Explored, *Problemy Wczesnej Edukacji/Issues in Early Education*, Rok VI, 1(11), pp. 20-31.

Diogo, Fernando (2016 no prelo). “Pobreza, rendimento social de inserção e crianças, o que há de novo?”, In Bastos, Amélia e Veiga, Fátima, *Um olhar sobre o bem-estar das crianças e jovens segundo a perspetiva dos Direitos da Criança*, Ribeirão: Húmus.

Lopes, Alexandra (2015). “«Pobres que envelhecem ou velhos que empobrecem?»: alguns apontamentos sobre o tema da pobreza na população idosa” In Diogo, Fernando, Castro, Alexandra e Perista, Pedro, *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: contextos, transformações e estudos*, Ribeirão, Húmus, pp. 149-164.

Rodrigues, Carlos Farinha (coord.). Figueiras, Rita e Junqueiro, Vítor (2016), *Introdução ao Estudo: Desigualdade de Rendimento e Pobreza em Portugal 2009-2014*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Sarmiento, Manuel Jacinto, Natália Fernandes e Gabriela Trevisan (2015). “A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal” In Diogo, Fernando; Alexandra Castro e Pedro Perista (2015), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*, Ribeirão: Húmus, pp. 81-99.

Sarmiento, Manuel; Soares, Natália Fernandes e Tomás, Catarina (2007). Políticas Públicas e Participação Infantil, *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 25, pp- 183-206.

UNICEF (2010). *Convention on the Rights of the Child: Adopted and opened for signature, ratification and accession by General Assembly resolution 44/25 of 20 November 1989*. <http://www2.ohchr.org/english/law/pdf/crc.pdf> recuperado em 9 de abril de 2010.

Wall, Karin; Almeida, Ana Nunes de; Vieira, Maria Manuel; Cunha, Vanessa (coordenadoras); Rodrigues, Leonor; Coelho, Filipa; Leitão, Mafalda e Atalaia, Susana (2015). *Impactos da Crise nas Crianças Portuguesas: Indicadores, políticas, representações*, Lisboa: ICS.

¹ Esta mesma autora (Lopes, 2015) também nos alerta para o impacto da redução da mediana de 60% do rendimento por adulto equivalente: a redução da pobreza por um efeito estatístico e não pelo aumento dos rendimentos dos indivíduos. Ela considera que o efeito em causa se tem feito sentir mais nos reformados do que nos ativos: as reformas são menos permeáveis ao mercado de trabalho do que os salários. Isto significa que os fatores que estão na base da forte redução da pobreza entre os mais idosos não se devem apenas ao CSI.